

**Aviso n.º 2540/2002 (2.ª série) — AP.** — Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, de harmonia com a redacção do n.º 1 do artigo 20.º do supra referido diploma legal, introduzida pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e por despacho de 21 de Dezembro de 2001, da presidente da Câmara, foi autorizada a renovação, por novo período de 12 meses, do contrato de trabalho a termo certo outorgado com Sara Lopes Machado Inácio, com a categoria de assistente administrativo, com efeitos a partir de 29 de Janeiro de 2002.

5 de Janeiro de 2002. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, conferida por despacho n.º 28-P/2000, de 11 de Maio, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra Fonseca*.

**Aviso n.º 2541/2002 (2.ª série) — AP.** — Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que, de harmonia com a redacção do n.º 1 do artigo 20.º do supra referido diploma legal, introduzida pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, e por despacho de 8 de Janeiro de 2002, foi autorizada a renovação, por novo período de seis meses, do contrato de trabalho a termo certo outorgado com Élia Sofia Palhares Cruz Costa, com a categoria de técnico profissional de higiene e segurança de 2.ª classe, com efeitos a partir de 5 de Fevereiro de 2002.

30 de Janeiro de 2002. — Por delegação de competências da Presidente da Câmara, conferida por despacho n.º 18-P/2000, de 28 de Janeiro, o Director Municipal de Recursos Humanos e Modernização Administrativa, *José António Vaz Guerra Fonseca*.

**Aviso n.º 2542/2002 (2.ª série) — AP.** — *Deliberação de elaboração do Plano de Pormenor de Valdinhúguas e fixação do prazo para formulação de sugestões e apresentação de informações, nos termos dos artigos 74.º, n.º 1, e 77.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.* — Nos termos do artigo 74.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, publicita-se que a Câmara Municipal de Sintra deliberou, na sua reunião ordinária de 24 de Outubro de 2001, a elaboração do Plano de Pormenor de Valdinhúguas, abrangendo a área territorial delimitada na planta anexa a este aviso, que dele faz parte integrante e aqui se dá por inteiramente reproduzida.

A elaboração do presente Plano de Pormenor decorre da necessidade de enquadrar e regularizar a situação da AUGI n.º 104, com os usos do solo previstos no instrumento de planeamento e gestão municipal actualmente em vigor — PDM — através da afecção dos limites das classes de espaços e das respectivas normas regulamentares; de reconverter sob o ponto de vista urbano os espaços já edificados através de infra-estruturas básicas que assegurem condições dignas da população já residente e, possivelmente, dos restantes proprietários do prédio; de requalificar a paisagem e a imagem do local através de uma adequada integração entre as características topográficas do terreno, a salvaguarda da utilização agrícola do solo e a baixa densidade assente na tipologia de moradia isolada com áreas livres adjacentes de grande permeabilidade do solo.

Nos termos do artigo 77.º, n.º 2, do citado diploma legal, torna-se também público que, considerando o direito à participação dos interessados, podem ser formuladas sugestões, bem como apresentadas informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração, devendo estas ser remetidas para a Câmara Municipal de Sintra, Departamento de Urbanismo, Divisão AUGI, Praça de D. Afonso Henriques, 2710-520 Sintra, dentro do prazo de 40 dias úteis contados da última publicação do presente aviso.

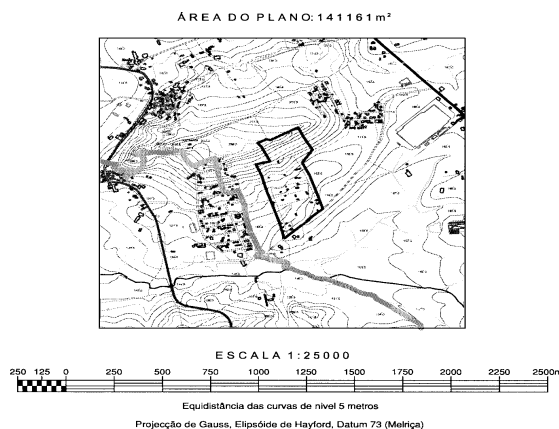
O prazo de elaboração é de 24 meses, contados a partir do final do prazo para formular sugestões e apresentar informações.

E para constar mandei publicar este aviso e outros de igual teor nos locais habituais, no *Diário da República*, 2.ª série, e ainda em dois jornais de expressão local e num de expressão nacional, conforme dispõe o artigo 149.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

30 de Janeiro de 2002. — O Presidente da Câmara, *Fernando Robredo Seara*.

## Plano de Pormenor de Valdinhúguas

### Divisão de Planeamento e Gestão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal



## CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

**Aviso n.º 2543/2002 (2.ª série) — AP.** — *Lista de antiguidade.* — Para os devidos efeitos e em cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que foi afixada nesta data a lista de antiguidade dos funcionários desta autarquia com referência a 31 de Dezembro de 2001, elaborada com observância dos artigos 93.º, 94.º e 95.º do mencionado preceito legal.

Da referida lista cabe reclamação, a deduzir no prazo de 30 dias contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma legal.

13 de Fevereiro de 2002. — O Presidente da Câmara, *António Lopes Bogalho*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE TÁBUA

**Aviso n.º 2544/2002 (2.ª série) — AP.** — Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do presidente da Câmara de 8 de Fevereiro de 2002, foi celebrado contrato de trabalho a termo certo com Maria da Graça Duarte Correia, assistente de acção educativa, com a remuneração de 595,83 euros, pelo período de 11 de Fevereiro de 2002 a 31 de Julho de 2002. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

19 de Fevereiro de 2002. — O Presidente da Câmara, *Francisco Ivo de Lima Portela*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE VELAS

**Aviso n.º 2545/2002 (2.ª série) — AP.** — *Rescisão de contrato de trabalho a termo celebrado ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 18.º e artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com a nova redacção introduzida pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho.* — Para os devidos efeitos e em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que foi rescindido o contrato a termo certo, celebrado ao abrigo da legislação em epígrafe, com João Manuel Espírito Santo Viegas, bilheteiro, a partir de 22 de Janeiro de 2002.

15 de Fevereiro de 2002. — O Presidente da Câmara, *António José Bettencourt da Silveira*.

## CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

**Aviso n.º 2546/2002 (2.ª série) — AP.** — *Contratação de trabalhadores a termo certo.* — Para efeitos do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, torna-se público que esta Câmara Municipal procedeu à contratação e renovação a termo certo dos trabalhadores abaixo designados, nas seguintes condições: Cabouqueiro, com o vencimento mensal de 390,25 euros, pelo prazo de seis meses e com possibilidade de renovação por igual período:

Nome	Início de contrato	Data/renovação
Olímpio António Safaneta Grego ....	—	13-11-2001
Américo Manuel G. Fernandes .....	—	8-11-2001